

## 1. INTRODUÇÃO

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que tais documentos respeitam – n.º 2 do art.º 49º, al. c) do n.º 2, art.º 53º e al. d) do n.º 2 do art.º 64º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.

As contas do Município devem ser remetidas pelo órgão executivo ao Tribunal de Contas, até 15 de Maio, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, com cópia ao ministro que tutela as finanças e ao ministro que tutela as autarquias locais – n.º 2 do art.º 9º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 94/01, de 20 de Agosto.

As contas que ora se apresentam obedecem ao regime instituído pelo POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 A/99, de 22 de Fevereiro – e encontram-se organizadas e documentadas de acordo com as instruções do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de Julho, publicadas na II Série do D.R. n.º 191, de 18 de Agosto de 2001.

O novo sistema instituído pelo POCAL teve por objectivo a reforma da administração financeira e das contas da administração autárquica. Este novo modelo introduziu profundas alterações nos procedimentos contabilísticos até então em vigor. A par da contabilidade orçamental, toda a informação contabilística, neste modelo, passou a ser também tratada na óptica da contabilidade patrimonial. Este facto impõe o desenvolvimento de um conjunto de procedimentos complexos, alguns deles de difícil concretização a curto prazo, como é o caso do arrolamento, inventariação e avaliação dos elementos patrimoniais do Município.

Pelas razões apontadas nas notas ao balanço, continua por concluir o inventário de todos os bens imóveis propriedade do município, designadamente os bens do domínio público. Por outro lado, não se tendo procedido também, no ano em análise, à transição de valores da maior parte das obras já concluídas, contabilizadas ainda como imobilizado em curso, para as contas de imobilizado corpóreo, o balanço não traduz a verdadeira situação patrimonial da autarquia, nem permite a avaliação rigorosa de alguns indicadores de gestão.

Daí que, na análise dos documentos de prestação de contas, que ora se apresentam, dever-se-á tomar em consideração todos esses condicionalismos.

De acordo com o referido no ponto 2 do POCAL, consideram-se como documentos de prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Todos estes documentos, que constituem este processo, respeitam a estrutura definida no POCAL.

Quando ao conteúdo do **relatório de gestão**, determina o ponto 13 do POCAL, que este documento deve contemplar, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) A situação económica relativa ao exercício e a análise da evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade, designadamente no que respeita ao investimento;

- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- c) A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros, nos últimos três anos, individualizando, neste último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

A situação económica relativa ao exercício é analisada mais adiante, em capítulo próprio, conjuntamente com a síntese da situação financeira da autarquia, por consubstanciarem informações, entre si, complementares.

A análise da evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade é feita, já de seguida, no ponto 2 deste relatório, tendo por base, essencialmente, o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano, que integram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR), por serem os instrumentos de gestão que melhor reflectem a actividade municipal.

## 2 . EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL E DAS OPÇÕES DO PLANO

### 2.1 . EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

#### 2.1.1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa para 2005, bem como as modificações que lhe foram introduzidas durante a sua execução, constam deste processo, a folhas 28 a 57 e 184 a 266, respectivamente.

Os resultados da execução orçamental, considerando as modificações a que alude o parágrafo anterior, encontram-se reflectidos nos mapas de controlo a folhas 58 a 94 deste mesmo processo.

Em resumo, o nível de execução orçamental em relação ao inicialmente previsto é o seguinte:

RECEITAS				
Natureza	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	7.574.200,00	8.091.376,72	517.176,72	6,83
Capital	12.225.800,00	5.892.441,02	-6.333.358,98	-51,80
Total	19.800.000,00	13.983.817,74	-5.816.182,26	-29,37

#### Quadro I

DESPESA				
Natureza	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	7.203.700,00	6.715.061,47	-488.638,53	-6,78
Capital	12.596.300,00	8.050.106,35	-4.546.193,65	-36,09
Total	19.800.000,00	14.765.167,82	-5.034.832,18	-25,43

#### Quadro II

Os quadros I e II que antecedem mostram-nos que a execução orçamental no ano findo atingiu a nível da receita e da despesa as percentagens de 70,63% e de 74,57%, respectivamente.

Como tem sido referido, o orçamento é um documento de previsão, onde são previstas as receitas a cobrar e as despesas a realizar durante um determinado período de tempo.

É, por conseguinte, um instrumento meramente previsional, falível, em que o nível de execução é fortemente influenciado por factores externos, alheios à vontade dos órgãos da administração municipal.

Daí que, há, como sempre houve, receitas que não chegam a arrecadar-se e despesas que não chegam a efectuar-se.

Não obstante, mostra-nos o quadro I que dos € 19.800.000,00 inicialmente previstos, o Município arrecadou receita efectiva no valor de € 13.988.817,74, ou seja, como já se disse, cerca de 71% do previsto. Mesmo assim, se se tiver em consideração, a natureza deste instrumento de gestão e os condicionalismos e limitações ditados pela situação

económica que o País atravessa, poder-se-á concluir que o orçamento municipal, em 2005, atingiu um índice de execução considerável.

O orçamento é também um plano financeiro, no qual se relacionam as receitas com as despesas, de forma a assegurar-se que aquelas cubram estas, se identificam as fontes de financiamento e se demonstram as intenções da aplicação dos respectivos recursos.

Assim, no que concerne à despesa, verifica-se, pela análise do quadro II, que perante igual previsão de € 19.800.000,00 se realizaram despesas no valor de € 14.765.167,82, correspondente a um nível de execução de cerca de 75%, superior, por conseguinte, ao das receitas, diferença que foi assegurada pelo saldo em numerário que transitou da gerência de 2004.

Deste modo, conformou-se o nível de execução orçamental das despesas com os recursos efectivamente disponíveis, garantindo-se, desta maneira, uma gestão de tesouraria equilibrada.

#### **2.1.2. DESVIOS ENTRE A PREVISÃO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Os quadros III e IV que se seguem, analisados conjuntamente com os mapas de controlo orçamental que instruem este processo, a folhas 58 a 94, mostram com clareza os desvios verificados entre as receitas e despesas previstas e as efectivamente realizadas, por cada um dos capítulos da classificação económica.

RECEITAS				
Class.económica	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Impostos Directos	1.178.400,00	1.157.747,86	-20.652,14	-1,75
02-Impostos indirectos	44.100,00	45.217,30	1.117,30	2,53
04-Taxas,multas e outras penalidades	127.000,00	141.762,81	14.762,81	11,62
05-Rendimentos de propriedade	522.600,00	545.983,88	23.383,88	4,47
06-Transferências correntes	4.850.800,00	5.172.433,44	321.633,44	6,63
07-Venda de bens e serv.correntes	678.400,00	799.114,79	120.714,79	17,79
08-Outras receitas correntes	172.900,00	229.116,64	56.216,64	32,51
<b>Soma das receitas correntes</b>	<b>7.574.200,00</b>	<b>8.091.376,72</b>	<b>517.176,72</b>	<b>6,83</b>
09-Venda de bens de investimento	3.603.300,00	143.872,67	-3.459.427,33	-96,01
10-Transferências de capital	8.577.900,00	5.171.574,42	-3.406.325,58	-39,71
11-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	44.600,00	576.993,93	532.393,93	1.193,71
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma das receitas de capital</b>	<b>12.225.800,00</b>	<b>5.892.441,02</b>	<b>-6.333.358,98</b>	<b>-51,80</b>
<b>Total das receitas</b>	<b>19.800.000,00</b>	<b>13.983.817,74</b>	<b>-5.816.182,26</b>	<b>-29,37</b>
Saldo da gerência anterior	995.364,55			
<b>Total geral</b>	<b>20.795.364,55</b>			

Quadro III

DESpesas				
Class.económica	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Despesas com pessoal	3.146.600,00	3.019.951,90	-126.648,10	-4,02
02-Aquisição de bens e serviços	3.100.600,00	2.975.898,07	-124.701,93	-4,02
03-Juros e outros encargos	63.600,00	58.035,39	-5.564,61	-8,75
04-Transferências correntes	652.900,00	600.706,48	-52.193,52	-7,99
06-Outras despesas correntes	240.000,00	60.469,63	-179.530,37	-74,80
<b>Soma das despesas correntes</b>	<b>7.203.700,00</b>	<b>6.715.061,47</b>	<b>-488.638,53</b>	<b>-6,78</b>
07-Aquisição de bens de capital	11.229.100,00	6.934.729,53	-4.294.370,47	-38,24
08-Transferências de capital	890.700,00	743.388,22	-147.311,78	-16,54
09-Activos financeiros	98.000,00	0,00	-98.000,00	-100,00
10-Passivos financeiros	378.500,00	371.988,60	-6.511,40	-1,72
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma das despesas de capital</b>	<b>12.596.300,00</b>	<b>8.050.106,35</b>	<b>-4.546.193,65</b>	<b>-36,09</b>
<b>Total geral</b>	<b>19.800.000,00</b>	<b>14.765.167,82</b>	<b>-5.034.832,18</b>	<b>-25,43</b>

Qua

## dro IV

No que se refere à receita, os rendimentos que mais contribuíram para que a execução ficasse aquém do previsto, foram os que integram os seguintes capítulos:

- *Venda de bens de investimento* – apresenta um índice de execução reduzido, pelo facto não ter sido concretizada a venda de todos os terrenos que a Câmara pretendia alienar, designadamente alguns dos lotes de terreno da Zona Industrial de S. Domingos e da Zona Industrial da Mata, onde decorrem ainda algumas obras de urbanização, bem como os da Zona Industrial de Escariz, por se achar ainda em curso o processo de desafecção da REN e o projecto de ordenamento da respectiva área.

- *Transferências de capital* – este capítulo ficou aquém do previsto em cerca de 40%, pelo facto das participações financeiras previstas para o ano em análise no âmbito dos fundos comunitários provenientes do FEDER e FEOGA e dos diversos contratos-



programa ou protocolos celebrados com a Administração Central, designadamente com o Instituto Nacional de Desporto, Instituto Português do Livro e da Leitura, Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, não terem sido transferidas de acordo com a programação prevista.

Dos capítulos em que a receita arrecadada foi superior ao previsto, destacam-se os das *transferências correntes e passivos financeiros*.

No primeiro caso o desvio resultou, essencialmente, das transferências efectuadas pela Direcção Regional de Educação do Norte, para co-financiamento de actividades no âmbito da acção social escolar, e pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, como participação nas despesas com transportes escolares. No segundo resultou da concretização do contrato de empréstimo celebrado para co-financiar a obra de “Construção das Pontes de Cabreiros e Videeiro”, candidatado à bonificação de juros, cuja previsão não podia ser considerada, por Lei, enquanto o empréstimo não se encontrasse efectivamente aprovado.

Contudo, apesar do total das receitas ser inferior ao inicialmente previsto, no âmbito das receitas correntes, o valor arrecadado excedeu o previsto em cerca de 7%.

No que à despesa concerne, para manter o equilíbrio financeiro das contas do Município, houve, como já se disse, que conformar o seu nível de execução com o da receita, com a correspondente redução da despesa prevista nos diversos capítulos, com especial relevância na destinada à *Aquisição de bens de capital*, dada a redução do financiamento destinado a esse fim, face ao que se disse acima para as receitas.

### **2.1.3. RECEITAS E DESPESAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

Os quadros V e VI, que se seguem, reflectem o peso de cada um dos capítulos das receitas e despesas por classificação económica, em relação ao total arrecadado e realizado, respectivamente.

## 2.1.3.1 RECEITAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

RECEITAS		
	2005	%
01-Impostos Directos	1.157.747,86	8,28
02-Impostos indirectos	45.217,30	0,32
04-Taxas, multas e outras pen	141.762,81	1,01
05-Rendimentos de propriedade	545.983,88	3,90
06-Transferências correntes	5.172.433,44	36,99
07-Venda de bens e serv.correntes	799.114,79	5,71
08-Outras receitas correntes	229.116,64	1,64
<b>Soma rec.correntes</b>	<b>8.091.376,72</b>	<b>57,86</b>
09-Venda de bens de investimento	143.872,67	1,03
10-Transferências de capital	5.171.574,42	36,98
11-Activos financeiros	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	576.993,93	4,13
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00
<b>Soma rec.capital</b>	<b>5.892.441,02</b>	<b>42,14</b>
<b>Total</b>	<b>13.983.817,74</b>	<b>100,00</b>

## Quadro V

A receita arrecadada totaliza €13.983.817,74, sendo €8.091.376,72 de receitas correntes e €5.892.441,02 de receitas de capital, encontrando-se devidamente desagregadas no mapa de execução orçamental a folhas 89 a 94 nestes documentos de prestação de contas.

O montante das *transferências correntes* arrecadadas no ano da gerência continua a ser o de maior peso no seio das receitas da mesma natureza. Corresponde a cerca de 37% do total da receita e a cerca de 64% da receita corrente, a maior parte proveniente de transferências do OE, destinadas essencialmente a financiar a actividade corrente, pelo que continua a ser significativa, neste âmbito, a dependência do Município perante a Administração Central.

Os *impostos directos* contribuíram com 8,28% para o montante global das receitas, assim distribuídos: imposto municipal sobre imóveis, 2,76%; imposto municipal sobre veículos,

1,24%; imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis, 3,06%; derrama, 0,72% e impostos abolidos (contribuição autárquica e sisa), 0,50%.

Os *rendimentos de propriedade* têm um peso de cerca de 4% da receita global. Correspondem, essencialmente, à receita proveniente da renda devida pela concessão da rede eléctrica ao distribuidor público e de juros de depósitos.

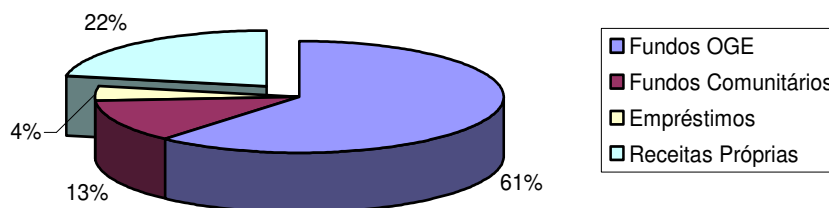
A *Venda de bens e prestação de serviços* correntes atingiu cerca de 6% do total das receitas, resultando, na sua maior parte, de serviços prestados no âmbito do abastecimento de água e da drenagem de águas residuais.

Já as receitas de capital foram financiadas quase na sua totalidade pelos capítulos das *Transferências de Capital* e dos *Passivos Financeiros*, que atingiram, no conjunto, cerca de 41% do total das receitas arrecadadas no ano da gerência.

As transferências de capital totalizaram o montante de €5.171.574,42. Contribuíram para este montante, para além das transferências provenientes do Fundo Geral Municipal, do Fundo de Coesão Municipal e do Fundo de Base Municipal, no valor de €3.207.669,00, as participações de projectos abrangidos por programas comunitários, no valor de €1.743.352,24, tendo sido também possível arrecadar ainda €220.553,18 de financiamentos assegurados através de contratos-programa e protocolos celebrados com a Administração Central, designadamente com o Instituto Nacional de Desporto, Instituto Português do Livro e da Leitura, Secretaria de Estado da Administração Local, PRAUD, Direcção-Geral de Transportes Terrestres e Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.

A perspectiva global da origem dos recursos que financiam o orçamento e do grau de dependência do Município em relação às suas receitas próprias é-nos dada pelo gráfico que se segue.

## RECEITAS



### 2.1.3.1 DESPESAS POR CAPITULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESPESAS		
	2005	%
01-Pessoal	3.019.951,90	20,45
02-Aquisição de bens e serviços corrente	2.975.898,07	20,15
03-Encargos correntes da dívida	58.035,39	0,39
04-Transferências correntes	600.706,48	4,07
06-Outras despesas correntes	60.469,63	0,41
<b>Soma despesas correntes</b>	<b>6.715.061,47</b>	<b>45,48</b>
07-Aquisição de bens de investimento	6.934.729,53	46,97
08-Transferências de capital	743.388,22	5,03
09-Activos financeiros	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	371.988,60	2,52
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00
<b>Soma despesas capital</b>	<b>8.050.106,35</b>	<b>54,52</b>
<b>Total</b>	<b>14.765.167,82</b>	<b>100,00</b>

#### Quadro VI

As despesas totais ascendem ao montante de €14.765.167,82, correspondendo €6.715.061,47 a despesas correntes e €8.050.106,35 a despesas de capital. Estes

montantes foram superiores aos da gerência anterior. Contudo, em termos percentuais, aquelas desceram e estas subiram, ligeiramente, em relação às do ano anterior.

A desagregação da despesa por rubrica da classificação económica consta do mapa de execução orçamental, a folhas 59 a 88 dos documentos de prestação de contas.

A rubrica das despesas com o *peçoal*, absorvendo €3.019.951,90, a que correspondem cerca de 20% da despesa global, tem, como sempre, um peso significativo nessa despesa.

Igualmente significativas são as despesas com *Aquisição de bens e serviços correntes*, as quais totalizam o montante de € 2.975.898,07, absorvendo assim cerca de 20% da despesa global.

Neste capítulo a aquisição de bens contribuiu com €679.132,15, valor que corresponde, no essencial, a despesas com a aquisição de bens de consumo, onde se incluem, entre outros, os combustíveis e lubrificantes, produtos de higiene e limpeza, géneros alimentícios para confeccionar, material de escritório, peças para reparação de veículos, máquinas e equipamentos, bens para oferecer, designadamente no âmbito do Regulamento de Concessão de Prestações de Natureza Social, material de educação, cultura e recreio, água para venda e todo o material para conservação das vias municipais, redes de água e esgotos, jardins e demais equipamentos públicos.

Por sua vez, a aquisição de serviços contabilizou cerca de €2.296.765,92, devidamente discriminados no referido mapa de execução orçamental. Esse valor resultou, essencialmente das seguintes despesas:

- encargos das instalações, no valor de €214.738,14, onde se incluem as despesas com a aquisição de energia eléctrica consumida nos diversos edifícios e equipamentos municipais;

- serviços realizados no âmbito da conservação de bens, designadamente vias de comunicação, edifícios municipais, redes de água e de esgotos e outros equipamentos públicos, no valor aproximado de €194.000;
- locação de edifícios, no valor de €36.800,08, abrangendo as despesas com as rendas de edifícios escolares e de outras instalações ocupadas pela Câmara;
- comunicações, onde se incluem as despesas com os telefones fixos e móveis, Internet e com a comunicação via postal, no montante de €78.924,34;
- transportes, onde se incluem os transportes escolares, no montante de €583.094,89;
- seguros de bens móveis e imóveis, no montante de €34.415,88;
- estudos, pareceres, projectos e consultadoria, no valor de €74.678,62;
- publicidade, designadamente com publicações obrigatórias no montante de €94.522,47;
- trabalhos especializados, onde se incluem os serviços de análises laboratoriais e manutenção de software, no montante de €99.684,56;
- outros serviços, no montante de €801.381,26, onde se inclui uma parte significativa das despesas com a aquisição de serviços previstas nas Grandes Opções do Plano, designadamente a aquisição de energia eléctrica à EDP, para iluminação pública, recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos e promoção de actividades culturais;

As despesas com *Transferências correntes* orçam em cerca de €600.700, com um peso de 4,07% em relação ao total das despesas e de cerca de 8,90% em relação ao total das despesas daquela natureza, tendo sido afectas, na sua maior parte, no montante de €491.013,40, equivalente a 81,73% do total daquelas despesas, ao financiamento de actividades correntes desenvolvidas por instituições sem fins lucrativos. A parte restante foi afecta a participações no âmbito da actividade escolar, a projectos desenvolvidos pela Associação de Municípios Terras de Santa Maria e a apoios concedidos ao abrigo do Regulamento de apoio social.

No que concerne às despesas de capital atingiram, como já se disse, um montante de €8.050.106,53.

A *Aquisição de bens de investimento* absorveu a maior parte dessas despesas, cerca de €6.935.000 correspondendo a 86,14% daquelas despesas, e a cerca de 47% de todo o orçamento, dando cobertura à realização de despesas de investimento em diversos domínios, nomeadamente:

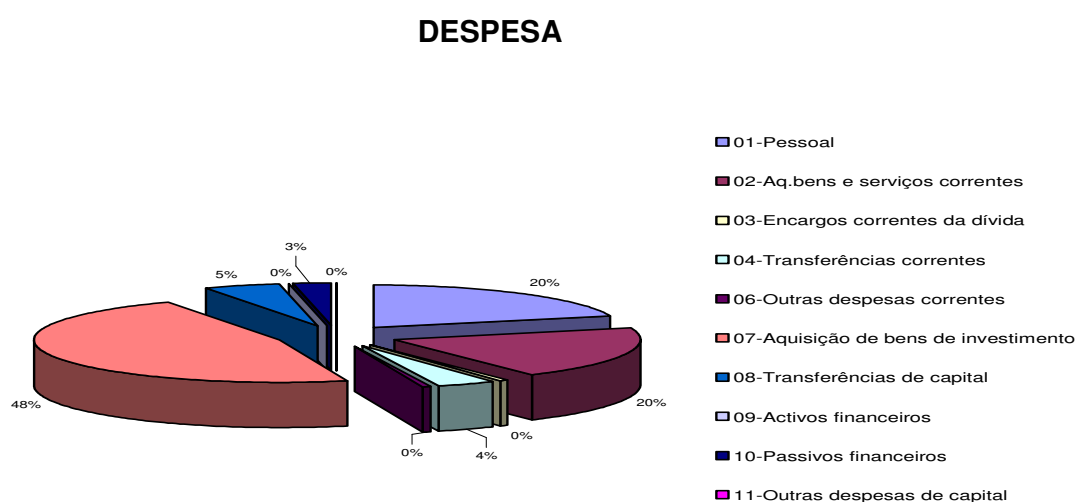
- terrenos, no valor de €532.516,66;
- escolas, no valor de €202.780,35;
- outros edifícios, no valor de €183.761,96;
- viadutos, arruamentos e obras complementares, no valor de €429.086,04;
- sistema de drenagem de águas residuais, no valor de €365.771,95;
- instalações desportivas e recreativas, no valor de €851.821,76;
- captação e distribuição de água, no montante de €650.808,07;
- viação rural, no valor de €2.809.059,91;
- outras construções, no montante de €593.948,06;
- equipamento informático, no valor de €59.537,31
- software informático, no valor de €31.325,73
- equipamento administrativo, no valor de €21.924,30.
- equipamento básico, no valor de €78.535,15
- locação financeira, no valor de €73.201,10,

Por sua vez, as *Transferências de capital* contabilizaram €743.388,22, valor superior ao do na anterior, correspondendo a 5,03% do total do orçamento e a 9,23% do total das despesas da mesma natureza.

Essas transferências foram efectuadas a título de participação em investimentos levados a cabo pelas juntas de freguesia, instituições sem fins lucrativos e associações de municípios, nos montantes de €566.133,98, de €92.704,00 e de €84.550,24 respectivamente.

A despesa realizada pelo capítulo *Passivos financeiros*, no montante de €371.988,60, foi toda ela afecta à amortização de empréstimos obtidos a médio e longo prazos.

O gráfico que se segue evidencia o peso de cada uma das despesas por capítulo da classificação económica.



#### 2.1.4.EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

A evolução das receitas e das despesas no ano da gerência em relação às do ano anterior, por capítulos da classificação económica, consta dos quadros VII e VIII que a seguir se apresentam:



## RECEITAS

Classificação económica	2004		2005		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Impostos Directos	1.291.178,33	9,23	1.157.747,86	8,28	-133.430,47	-10,33
02-Impostos indirectos	61.246,15	0,44	45.217,30	0,32	-16.028,85	-26,17
03-Taxas,multas e outras pen	144.108,76	1,03	141.762,81	1,01	-2.345,95	-1,63
04-Rendimentos de propriedade	515.592,75	3,69	545.983,88	3,90	30.391,13	5,89
05-Transferências correntes	4.991.546,00	35,70	5.172.433,44	36,99	180.887,44	3,62
06-Venda de bens e prest.serv.correntes	707.612,28	5,06	799.114,79	5,71	91.502,51	12,93
07-Outras receitas correntes	170.605,56	1,22	229.116,64	1,64	58.511,08	34,30
<b>Soma rec.correntes</b>	<b>7.881.889,83</b>	<b>56,36</b>	<b>8.091.376,72</b>	<b>57,86</b>	<b>209.486,89</b>	<b>2,66</b>
09-Venda de bens de investimento	132.071,08	0,94	143.872,67	1,03	11.801,59	8,94
10-Transferências de capital	4.372.739,37	31,27	5.171.574,42	36,98	798.835,05	18,27
11-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	31.615,73	0,23	576.993,93	4,13	545.378,20	1.725,02
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma rec.capital</b>	<b>4.536.426,18</b>	<b>32,44</b>	<b>5.892.441,02</b>	<b>42,14</b>	<b>1.356.014,84</b>	<b>29,89</b>
<b>Total</b>	<b>12.418.316,01</b>	<b>88,80</b>	<b>13.983.817,74</b>	<b>100,00</b>	<b>1.565.501,73</b>	<b>12,61</b>

### Quadro VII

Como se pode constatar no quadro anterior, no ano da gerência a receita arrecada foi superior à do ano anterior em €1.565.501,73.

Registraram-se contudo divergências significativas no âmbito dos seguintes capítulos:

*Impostos directos*, com menos €133.430,47, resultante, essencialmente, da quebra de receita arrecadada relativa à derrama e ao imposto municipal sobre imóveis;

*Rendimentos da propriedade*, com um aumento de cerca de €30.000, proveniente da actualização da renda devida pela concessão da rede eléctrica à EDP;

*Transferências correntes*, com um acréscimo de €180.887,44, resultante fundamentalmente da actualização dos fundos municipais oriundos do OE e de participações relativas a protocolos celebrados com a Administração Central;

*Venda de bens e serviços correntes*, apresenta um aumento de cerca de €92.000, com o valor repartido pelas diversas rubricas da venda de serviços;

*Outras receitas correntes*, com um acréscimo de cerca de €59.000, proveniente do reembolso do IVA e da comparticipação dos alunos nas despesas com transportes escolares;

*Transferência de capital*, com um diferencial, para mais, de cerca de €799.000, resultante, na sua quase totalidade, de comparticipações dos fundos comunitários relativos a projectos executados no ano da gerência e a obras concluídas no ano imediatamente anterior;

*Os passivos financeiros*, registam um aumento de receita de €545.378,20, valor que resulta do empréstimo contratado, no ano da gerência, para co-financiamento da obra de “Construção das pontes de Cabreiros e Videeiro”,.

Todas as demais receitas registaram variações, para mais e para menos, pouco significativas.

### DESPESA

Classificação económica	2004		2005		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Pessoal	2.844.375,12	22,53	3.019.951,90	20,45	175.576,78	6,17
02-Aquisição de bens e serviços	2.538.170,15	20,11	2.975.898,07	20,15	437.727,92	17,25
04-Transferências correntes	558.808,14	4,43	600.706,48	4,07	41.898,34	7,50
03-Juros e outros encargos	61.624,73	0,49	58.035,39	0,39	-3.589,34	-5,82
06-Outras despesas correntes	54.866,83	0,43	60.469,63	0,41	5.602,80	10,21
<b>Soma despesas correntes</b>	<b>6.057.844,97</b>	<b>47,99</b>	<b>6.715.061,47</b>	<b>45,48</b>	<b>657.216,50</b>	<b>10,85</b>
07-Aquisição de bens de capital	5.507.708,79	43,63	6.934.729,53	46,97	1.427.020,74	25,91
08-Transferências de capital	666.889,05	5,28	743.388,22	5,03	76.499,17	11,47
09-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	390.324,94	3,09	371.988,60	2,52	-18.336,34	-4,70
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma despesas capital</b>	<b>6.564.922,78</b>	<b>52,01</b>	<b>8.050.106,35</b>	<b>54,52</b>	<b>1.485.183,57</b>	<b>22,62</b>
<b>Total</b>	<b>12.622.767,75</b>	<b>100</b>	<b>14.765.167,82</b>	<b>100</b>	<b>2.142.400,07</b>	<b>16,97</b>

#### Quadro VIII

O quadro supra mostra-nos que o valor global da despesa foi superior à do ano anterior em €2.142.400,07, o que corresponde a um aumento de 16,97%.

As despesas com o  *pessoal* apresentem um aumento percentual de 6,17% em relação ao ano anterior, embora o acréscimo corresponda apenas a 1,19% do total das despesas.

As despesas com a  *aquisição de bens e serviços* sofrem um acréscimo de 17,25% em relação às despesas equivalentes do ano anterior, facto que se verifica, essencialmente, nas rubricas relativas à aquisição de água para venda, à aquisição de combustíveis, aos transportes, onde se incluem os transportes escolares, aos estudos, pareceres e consultadoria e à publicidade.

As  *transferências correntes* apresentam um valor superior ao do ano anterior, correspondente a 7,50%, acréscimo que resultou na sua quase totalidade do aumento das participações a instituições sem fins lucrativos.

Os  *juros e outros encargos* diminuíram pelo facto de três dos empréstimos contratados, terem sido amortizados na sua totalidade no ano anterior ao da gerência em análise.

Nas  *outras despesas correntes* verificou-se um acréscimo de cerca de 10%, fundamentalmente devido ao facto de se ter procedido à restituição de impostos cobrados pela administração fiscal, em montantes superiores aos do ano anterior.

No que às despesas de capital concerne, o capítulo da  *aquisição de bens de capital* registou um aumento de €1.427.020.74, correspondendo a um acréscimo de cerca de 26% em relação ao ano anterior, distribuído pelas diversas áreas que integram este capítulo, principalmente no âmbito das construções diversas, e da aquisição de terrenos.

Nas *transferências de capital*, verifica-se também um acréscimo em relação ao ano anterior, de cerca de €76.000, valor este afecto, na sua quase totalidade, em investimentos levados a cabo em parceria com a Associação de Municípios Terras de Santa Maria.

A amortização total dos três empréstimos a que nos referimos acima foi a razão que determinou a redução dos encargos suportados pelo capítulo *passivos financeiros*.

#### 2.1.5. RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS DA MESMA NATUREZA

Na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais devem ser salvaguardados os princípios estabelecidos no ponto 3.1.1. do POCAL,

De entre eles, destaca-se o *princípio do equilíbrio*.

Estabelece este princípio que “*o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes*”.

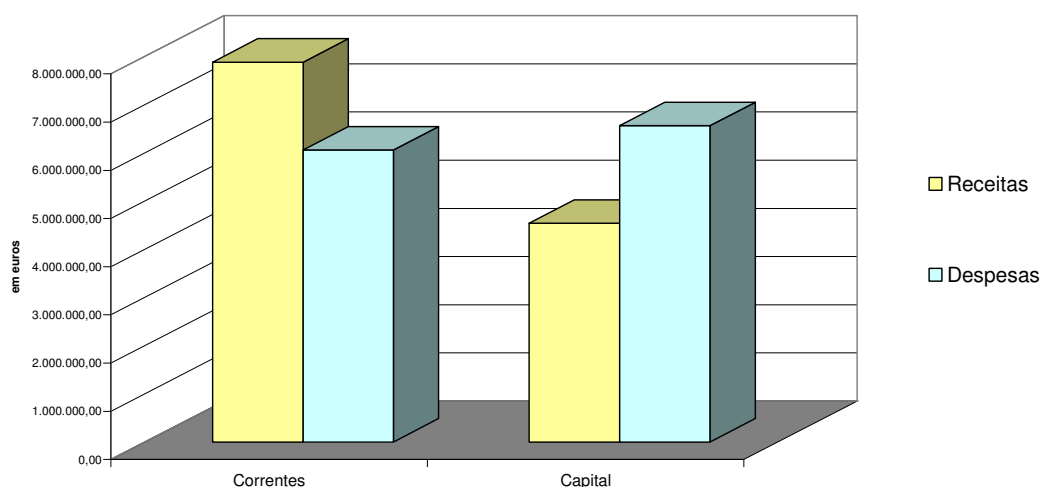
Quer isto dizer que as despesas correntes devem ser financiadas, na sua totalidade, por receitas da mesma natureza, ou, por outras palavras, que não se pode recorrer às receitas de capital para dar cobertura a despesas correntes, as quais visam, por regra, dar satisfação ao normal funcionamento dos serviços.

O quadro IX que se segue explicita a relação entre as receitas e as despesas correntes e a relação entre as receitas e despesas de capital.

NATUREZA	RECEITAS	DESPESAS	DIFERENÇA	
			VALOR	%
Correntes	8.091.376,72	6.715.061,47	1.376.315,25	17,01
Capital	5.892.441,02	8.050.106,35	-2.157.665,33	-36,62
Saldo 2002	995.364,55		995.364,55	
<b>Total</b>	<b>14.979.182,29</b>	<b>14.765.167,82</b>	<b>214.014,47</b>	<b>1,43</b>

#### Quadro IX

A perspectiva global dessa relação é-nos dada, também, pelo gráfico que se segue.



Conforme se pode verificar no quadro referido, o montante da receita corrente arrecadada, no ano da gerência, excedeu o da despesa da mesma natureza em €1.376.315,25.

Deste modo, para além de se ter cumprido o enunciado *princípio do equilíbrio*, conseguiu poupar-se uma parte significativa das receitas correntes, cerca de 17% do seu valor, que foi afectada, na sua maior parte, à cobertura de despesas de capital, transitando a parte restante, para a gerência seguinte.



## 2.2 . EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Analisar-se-á de seguida a execução das Grandes Opções do Plano (GOP), no ano da gerência.

A execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é explicitada detalhadamente no mapa de execução, a folhas 95 a 116 destes documentos.

A execução das GOP será analisada sob o aspecto financeiro e material.

Financeiro – que reproduz a execução em relação aos projectos ou acções cujos encargos foram assumidos, liquidados e efectivamente pagos no ano da gerência.

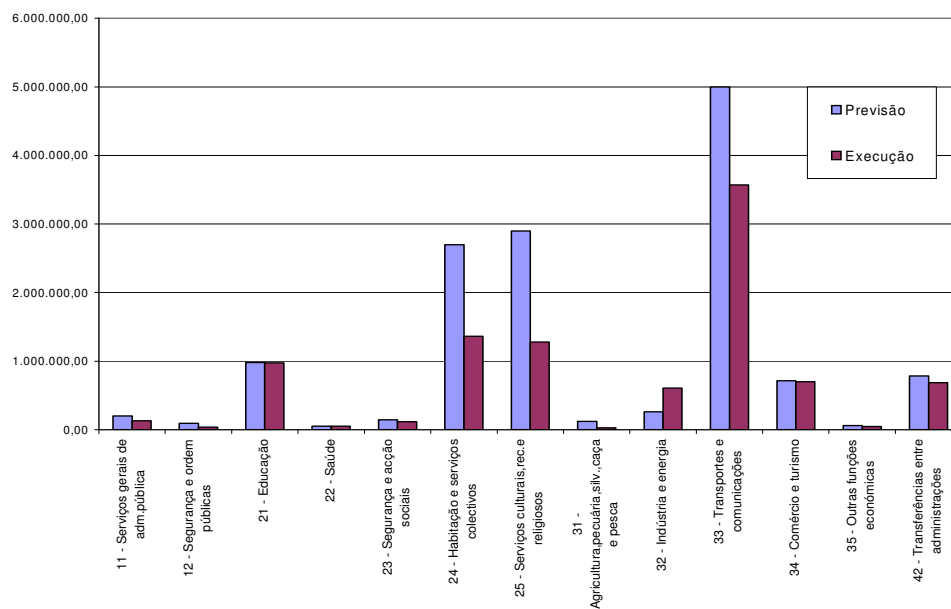
Material – que representa a fatia comprometida deste instrumento de gestão em termos de execução material, ou de compromissos assumidos no período da gerência, independentemente da satisfação dos encargos decorrentes nesse mesmo período.

Os níveis de execução das Grandes Opções do Plano, por objectivos, podem ser verificados nos quadros e gráficos que se seguem.

## Execução financeira das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	205.400,00	196.600,00	128.363,14	-68.236,86	65,29
12 - Segurança e ordem públicas	54.500,00	91.500,00	36.584,15	-54.915,85	39,98
21 - Educação	1.240.400,00	978.300,00	971.862,37	-6.437,63	99,34
22 - Saúde	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100,00
23 - Segurança e acção sociais	155.000,00	146.500,00	116.928,96	-29.571,04	79,81
24 - Habitação e serviços colectivos	2.702.000,00	2.695.800,00	1.360.718,33	-1.335.081,67	50,48
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	3.216.100,00	2.897.200,00	1.279.292,51	-1.617.907,49	44,16
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	76.200,00	121.600,00	28.009,87	-93.590,13	23,03
32 - Indústria e energia	693.900,00	259.300,00	607.066,07	347.766,07	234,12
33 - Transportes e comunicações	5.698.500,00	4.999.800,00	3.571.095,60	-1.428.704,40	71,42
34 - Comércio e turismo	1.045.050,00	711.000,00	698.806,43	-12.193,57	98,29
35 - Outras funções económicas	53.000,00	60.000,00	46.101,33	-13.898,67	76,84
42 - Transferências entre administrações	864.600,00	781.700,00	686.980,12	-94.719,88	87,88
<b>TOTAL</b>	<b>16.054.650,00</b>	<b>13.989.300,00</b>	<b>9.581.808,88</b>	<b>-4.407.491,12</b>	<b>68,49</b>

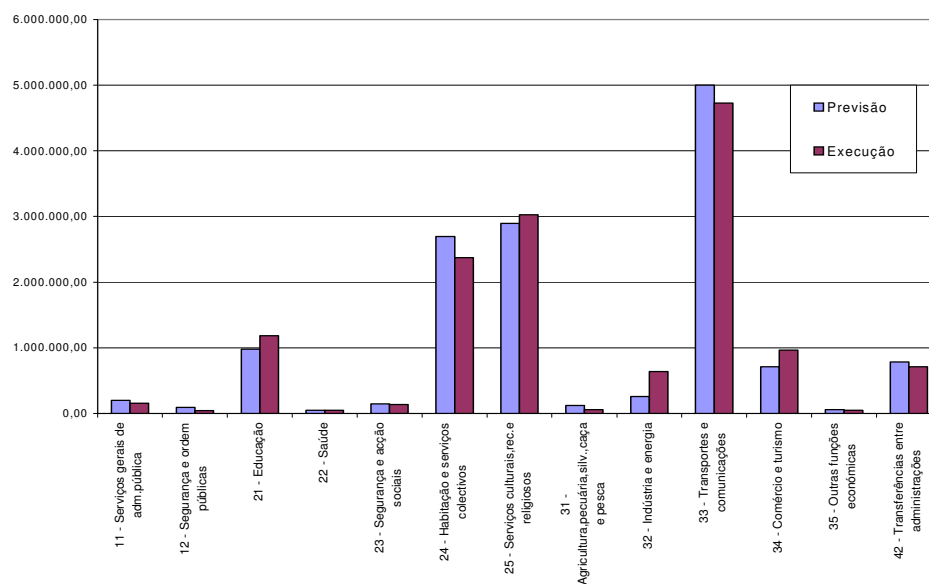
## Quadro X



Execução **material** das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	205.400,00	196.600,00	154.027,62	-42.572,38	78,35
12 - Segurança e ordem públicas	54.500,00	91.500,00	42.584,15	-48.915,85	46,54
21 - Educação	1.240.400,00	978.300,00	1.182.710,60	204.410,60	120,89
22 - Saúde	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100,00
23 - Segurança e acção sociais	155.000,00	146.500,00	136.833,68	-9.666,32	93,40
24 - Habitação e serviços colectivos	2.702.000,00	2.695.800,00	2.372.104,98	-323.695,02	87,99
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	3.216.100,00	2.897.200,00	3.025.782,90	128.582,90	104,44
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	76.200,00	121.600,00	57.032,35	-64.567,65	46,90
32 - Indústria e energia	693.900,00	259.300,00	639.114,68	379.814,68	246,48
33 - Transportes e comunicações	5.698.500,00	4.999.800,00	4.727.073,74	-272.726,26	94,55
34 - Comércio e turismo	1.045.050,00	711.000,00	963.943,86	252.943,86	135,58
35 - Outras funções económicas	53.000,00	60.000,00	48.184,50	-11.815,50	80,31
42 - Transferências entre administrações	864.600,00	781.700,00	711.480,12	-70.219,88	91,02
<b>TOTAL</b>	<b>16.054.650,00</b>	<b>13.989.300,00</b>	<b>14.110.873,18</b>	<b>121.573,18</b>	<b>100,87</b>

## Quadro XI







Pode verificar-se pela leitura dos quadros e gráficos que antecedem que se atingiu, no ano da gerência, uma taxa de execução financeira de a 68,49%, e que, em relação à execução material se atingiu a taxa de 100,87% do inicialmente previsto.

Como se pode constatar também através da conjugação do quadro II com o quadro X deste relatório, a execução das Grandes Opções do Plano, em termos financeiros, corresponde a 65% do total da despesa realizada.

### **3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

A avaliação da situação económica e financeira do município foi feita através da análise geral do balanço, da demonstração de resultados e dos respectivos anexos, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

Como já foi referido nas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, toda a análise económico – financeira do município está condicionada pelos seguintes factos:

1. O da inventariação dos bens do domínio publico e alguns do domínio privado ainda não estar concluída.
2. O de os trabalhos para a própria entidade não estarem ainda a ser contabilizados, devido à falta de elementos que permitam apurar com rigor o seu montante.
3. E, por fim, o de faltarem dados quanto à maior parte das obras concluídas, e respectivos montantes, de forma a permitir a transferência dos custos finais das referidas obras da classe das imobilizações em curso para as respectivas contas de imobilizações corpóreas.

## 3.1 . SITUAÇÃO ECONÓMICA

## Custos e perdas

Custos e Perdas	Ano de 2005		% s/ Proveitos Operacionai s	Ano de 2004		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2003		% s/ Proveitos Operacionais
	Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total	
61 CMVMC	466.844,11	5,65	4,12	334.096,44	4,29	3,07	349.707,80	4,99	3,50
62 Fornecimentos e Serviços Externos	2.813.625,17	34,08	24,81	2.612.495,47	33,53	23,99	2.433.589,52	34,73	24,37
63 Tranf.Subs Correntes Conc.Prest.Sociais	606.850,41	7,35	5,35	551.830,17	7,08	5,07	430.458,64	6,14	4,31
64 Custos com Pessoal	3.112.652,75	37,70	27,44	3.053.149,49	39,18	28,03	2.644.177,69	37,74	26,48
65 Outros Custos e Perdas Operacionais	12.077,33	0,15	0,11	9.234,21	0,12	0,08	11.733,33	0,17	0,12
66 Amortizações do Exercício	321.126,43	3,89	2,83	355.724,69	4,57	3,27	406.320,89	5,80	4,07
67 Provisões do Exercício	565,92	0,01	0,00	1.805,49	0,02	0,02	2.417,67	0,03	0,02
68 Custos e Perdas Financeiras	58.540,30	0,71	0,52	61.576,89	0,79	0,57	76.333,54	1,09	0,76
69 Custos e Perdas Extraordinárias	863.320,85	10,46	7,61	812.049,26	10,42	7,46	652.211,52	9,31	6,53
<b>Custos Operacionais (61 a 67)</b>	<b>7.333.742,12</b>	<b>88,83</b>	<b>64,66</b>	<b>6.918.335,96</b>	<b>88,79</b>	<b>63,52</b>	<b>6.278.405,54</b>	<b>89,60</b>	<b>62,87</b>
<b>Total</b>	<b>8.255.603,27</b>	<b>100,00</b>	<b>72,79</b>	<b>7.791.962,11</b>	<b>100,00</b>	<b>71,54</b>	<b>7.006.950,60</b>	<b>100,00</b>	<b>70,17</b>

## Quadro XII

Os custos e perdas do exercício totalizaram €8.255.603,27, registando-se um aumento de aproximadamente 6% face ao ano de 2004 e de cerca de 18% face a 2003.

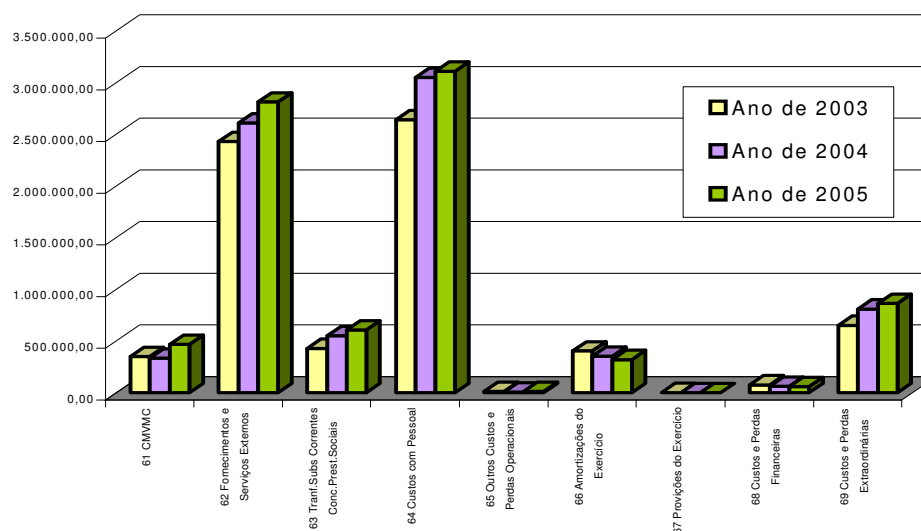
Os CMVMC, os fornecimentos e serviços externos, os custos com pessoal, as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, e ainda os custos e perdas extraordinários, foram as rubricas que mais contribuíram para o aumento global dos custos e perdas do exercício em análise.

Não obstante a subida generalizada dos custos e perdas do exercício, registaram-se também decréscimos em algumas rubricas face a 2004, nomeadamente nas amortizações do exercício, nas provisões do exercício, e nos custos e perdas financeiras.



Os custos operacionais do exercício de 2005 correspondem a 64,66% dos proveitos operacionais, tendo-se verificado um aumento de aproximadamente 1% e 2% face a 2004 e a 2003 respectivamente.

O gráfico que segue dá-nos uma perspectiva global do peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos custos.



### Proveitos e Ganhos

Proveitos e Ganhos	Ano de 2005		Ano de 2004		Ano de 2003	
	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total
71 Vendas e Prestação de Serviços	762.457,34	6,602	933.127,04	8,235	577.209,58	5,652
72 Impostos e Taxas	1.410.298,70	12,212	1.320.415,79	11,652	1.119.718,21	10,964
73 Proveitos Suplementares	608.003,98	5,265	527.017,48	4,651	640.806,68	6,275
74 Transferências e Subsídios Otidos	8.561.242,11	74,132	8.111.221,37	71,580	7.648.587,39	74,893
75 Trabalho para a própria entidade	346,25	0,003	0,00	0,000	0,00	0,000
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	36.849,94	0,319	50.288,13	0,444	52.619,07	0,515
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	169.452,85	1,467	389.644,19	3,439	173.778,87	1,702
<b>Proveitos Operacionais(71 a 75)</b>	<b>11.342.348,38</b>	<b>98,214</b>	<b>10.891.781,68</b>	<b>96,118</b>	<b>9.986.321,86</b>	<b>97,783</b>
<b>Total</b>	<b>11.548.651,17</b>	<b>100,000</b>	<b>11.331.714,00</b>	<b>100,00</b>	<b>10.212.719,80</b>	<b>100,00</b>



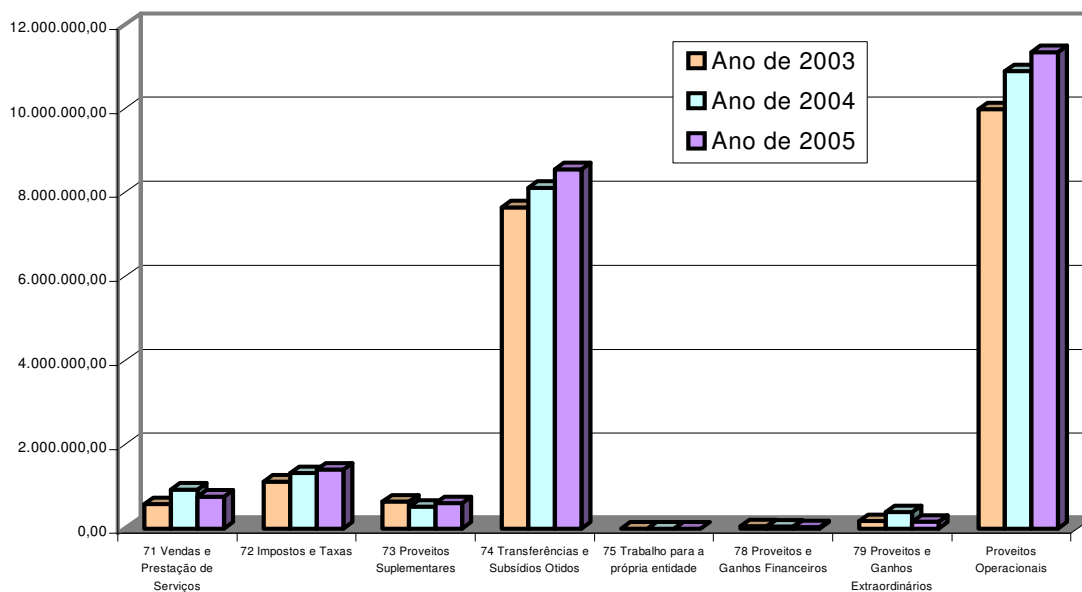
Os proveitos e ganhos do exercício totalizaram €11.548.651,17, verificando-se um aumento de cerca de 2% face a 2004 e de aproximadamente de 13% face a 2003.

As rubricas dos impostos e taxas, das transferências e subsídios obtidos e dos proveitos suplementares foram aquelas que mais contribuíram para o aumento global dos proveitos e ganhos do exercício em análise.

Apesar do aumento global registado nos proveitos e ganhos do exercício dos últimos anos, existem rubricas que registam decréscimos no ano em análise, a saber: vendas e prestação de serviços; proveitos e ganhos financeiros; e proveitos e ganhos extraordinários, esta última por força de correcções relativas a anos anteriores.

Os proveitos operacionais do exercício de 2005 aumentaram cerca de 4% e 14% em relação aos anos de 2004 e 2003, respectivamente.

O gráfico que segue mostra-nos, em relação ao ano em análise e ao ano imediatamente anterior, o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos proveitos.



### Resultados

Resultados	Exercício 2005	% s/ proveitos	Exercício 2004	%s/ Proveitos	Exercício 2003	%s/ Proveitos
Resultados Operacionais	4.008.606,26	34,71%	3.973.445,72	35,06%	3.707.916,32	36,31%
Resultados Financeiros	-21.690,36	-0,19%	-11.288,76	-0,10%	-23.714,47	-0,23%
Resultados Correntes	3.986.915,90	34,52%	3.962.156,96	34,97%	3.684.201,85	36,07%
Resultados Extraordinários	-693.868,00	-6,01%	-422.405,07	-3,73%	-478.432,65	-4,68%
<b>Resultados Líquidos do Exercício</b>	<b>3.293.047,90</b>	<b>28,51%</b>	<b>3.539.221,00</b>	<b>31,23%</b>	<b>3.205.769,20</b>	<b>31,39%</b>

#### Quadro XIV

No ano da gerência, o Município apurou um resultado líquido do exercício no montante de €3.293.047,90, valor que corresponde a 28,51% dos proveitos operacionais.

### 3.2 Situação Financeira e Patrimonial

Balço Sintético	2005		2004		2003	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo Líquido</b>						
<b>Imobilizado</b>	<b>26.067.524,75</b>	<b>94,79%</b>	<b>17.463.356,11</b>	<b>88,84%</b>	<b>12.887.548,68</b>	<b>85,78%</b>
Bens do Domínio Público	29.561,46	0,11%	29.936,84	0,15%		
Imobilizado Incorpóreas	52.178,20	0,19%	19.729,30	0,10%	9.067,74	0,06%
Imobilizado Corpóreas	25.880.999,09	94,11%	17.308.903,97	88,05%	12.773.694,94	85,02%
Investimentos Financeiros	104.786,00	0,38%	104.786,00	0,53%	104.786,00	0,70%
<b>Circulante</b>	<b>1.103.286,97</b>	<b>4,01%</b>	<b>1.950.020,83</b>	<b>9,92%</b>	<b>1.901.616,49</b>	<b>12,66%</b>
Existências	174.806,15	0,64%	102.918,06	0,52%	86.292,62	0,57%
Dívidas de terceiros- Curto prazo	76.887,85	0,28%	199.802,48	1,02%	73.250,97	0,49%
Depósitos em instituições de crédito e Caixa	851.592,97	3,10%	1.647.300,29	8,38%	1.742.072,90	11,60%
<b>Acréscimos e deferimentos</b>	<b>329.911,06</b>	<b>1,20%</b>	<b>243.807,08</b>	<b>1,24%</b>	<b>234.487,00</b>	<b>1,56%</b>
<b>Total Activo Líquido</b>	<b>27.500.722,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.657.184,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.023.652,17</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fundos Próprio e Passivo</b>						
<b>Fundos próprio</b>	<b>15.458.569,34</b>	<b>56,21%</b>	<b>10.588.319,12</b>	<b>53,86%</b>	<b>7.001.804,71</b>	<b>46,61%</b>
<b>Passivo</b>	<b>12.042.153,44</b>	<b>43,79%</b>	<b>9.068.864,90</b>	<b>46,14%</b>	<b>8.021.847,46</b>	<b>53,39%</b>
Dívidas a terceiros- Médio e longo prazo	2.383.134,74	8,67%	2.165.539,98	11,02%	2.503.324,29	16,66%
Dívidas a terceiros- Curto prazo	2.535.023,29	9,22%	1.626.078,23	8,27%	1.550.289,38	10,32%
<b>Acréscimos e deferimentos</b>	<b>7.123.995,41</b>	<b>25,90%</b>	<b>5.277.246,69</b>	<b>26,85%</b>	<b>3.968.233,79</b>	<b>26,41%</b>
<b>Total Próprio e Passivo</b>	<b>27.500.722,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.657.184,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.023.652,17</b>	<b>100,00%</b>

#### Quadro XV

No balanço final de 2005 o activo líquido totaliza €27.500.722,78, sendo o *Imobilizado líquido* a parcela com maior peso, absorvendo cerca de 95% do activo total.

No activo circulante destacam-se os *depósitos em instituições de crédito e caixa* com uma percentagem de 3,10%.

O aumento verificado no *imobilizado líquido*, de aproximadamente 49% e 100%, face a 2004 e a 2003 respectivamente, resulta do crescente investimento da Autarquia nas diversas áreas do seu património e da inventariação e contabilização de alguns bens imóveis que não foram considerados no balanço inicial, pelo facto de não se encontrarem registados a favor do Município à data da sua elaboração.

Relativamente ao passivo, as dívidas de médio e longo prazo apresentam uma subida em relação ao ano precedente. A sua evolução é devidamente explicada no ponto 4 deste relatório.

As dívidas de curto prazo registam um aumento significativo em relação aos anos económicos anteriores, facto que revela algumas dificuldades de liquidez, embora transitórias, atento o referido naquele ponto do relatório.

A conta de acréscimos e diferimentos referidos no passivo regista essencialmente os custos com remunerações contabilizados no ano em análise, cujo pagamento será efectuado no exercício de 2006, bem como os subsídios recebidos por conta de investimentos.

O aumento verificado nos fundos próprios deve-se à transferência do resultado líquido do exercício de 2004 para as contas 571- *Reservas Legais* e 51- *Património*, tal como impõe o ponto 2.7.3 do POCAL, à contabilização de subsídios obtidos na conta 575- *Subsídio*, à contabilização de valores doados na conta 576- *Doações*, bem como ao registo do resultado líquido do exercício de 2005 na conta 88 – *Resultado Líquido do Exercício*.



### Apresentação dos Indicadores de Gestão

<i>Rácios</i>	<i>Equação</i>	2005	2004	2003
Liquidez Geral	<i>Circulante</i>	0,44	1,20	1,23
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Reduzida	<i>(Circ.-Existenc.)</i>	0,37	1,14	1,17
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades</i>	0,34	1,01	1,12
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Solvabilidade	<i>Fundos Próprios</i>	3,14	2,79	1,73
	<i>Cap. Alheio</i>			
Rácio de Endividamento (%)	<i>Passivo</i>	43,79%	46,14%	53,39%
	<i>Activo</i>			
Capacidade de Endividamento (%)	<i>Fundos Próprios</i>	86,64%	83,02%	73,66%
	<i>Cap. Permanent.</i>			
Autonomia Financeira (%)	<i>Fundos Próprios</i>	56,21%	53,86%	46,61%
	<i>Activo</i>			
Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<i>R.L.</i>	21,30%	33,43%	45,78%
	<i>Fundos Próprios</i>			
Fundo de Maneio Líquido	<i>Cap.Circulante- Exig. Curto Prazo</i>	(1.431.736,32)	323.942,60	351.297,11

#### Quadro XVI

Analisando os indicadores de liquidez verifica-se uma descida face aos anos anteriores, facto que consubstancia uma redução da capacidade de satisfação dos compromissos de curto prazo.

Quanto ao rácio de solvabilidade verifica-se que este indicador regista uma subida em relação aos anos anteriores, o que evidencia a capacidade da autarquia em solver os compromissos de médio e longo prazos isto porque o capital alheio é financiado na sua totalidade por fundos próprios.

Este acréscimo no indicador da solvabilidade é justificado com o aumento constatado nos fundos próprios da autarquia, proveniente da distribuição dos resultados transitados de anos económicos anteriores.



A capacidade de endividamento da autarquia, vista no âmbito da sua situação económico-financeira, tem vindo a aumentar devido, fundamentalmente, ao acréscimo registado nos fundos próprios.

Não obstante os indicadores de liquidez terem apresentado uma diminuição face aos anos anteriores, a situação económica da autarquia continua a registar uma evolução bastante favorável.

### **3.3 Proposta de aplicação de resultados**

O resultado líquido do exercício apurado no ano de 2005 foi, como atrás se referiu, de €3.293.047,90.

**Assim, no cumprimento do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o seu montante seja repartido, através da conta *59-Resultados transitados* -, da seguinte forma:**

a) Reforço do património .....	€3.128.395,50
b) Reservas legais .....	€164.652,40

#### 4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE E A TERCEIROS

##### 4.1 . DE TERCEIROS

Como se pode constatar através do quadro abaixo, as dívidas de terceiros, em 31 de Dezembro de 2005, ascendiam a €76.887,85, reflectindo, portanto, uma redução significativa em relação ao ano anterior.

A diferença, em relação ao ano anterior, verifica-se essencialmente na conta *211-Clientes c/c*, pelo facto de no ano da gerência terem sido recebidos os créditos existentes no ano anterior relativos à venda de lotes industriais.

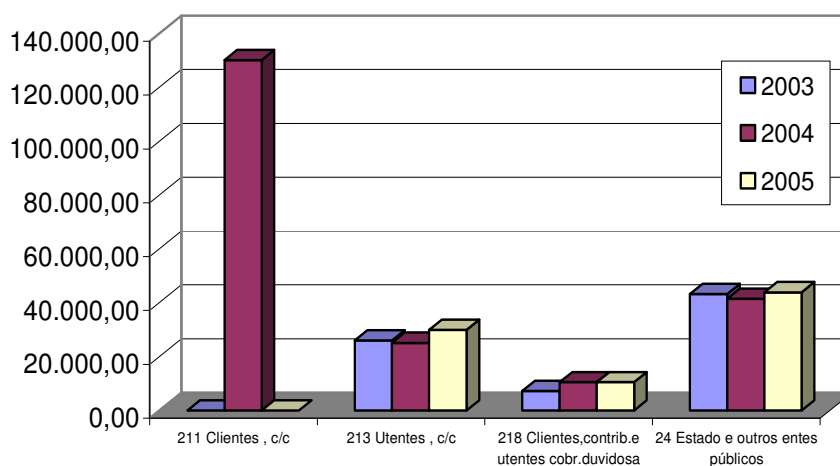
A conta *24-Estado e outros entes públicos* regista o valor do IVA a recuperar pelo Município.

As restantes contas apresentam diferenças, para mais e para menos, insignificantes.

Designação	2003	2004	2005
<b>1 Médio e Longo Prazos</b>			
<b>2 Curto prazo</b>			
211 Clientes , c/c	0,00	130.180,67	0,00
213 Utentes , c/c	26.032,74	25.083,59	29.944,57
218 Clientes, contrib. e utentes cobr. duvidosa	3.966,68	3.094,46	2.990,67
24 Estado e outros entes públicos	43.251,55	41.463,71	43.952,61
<b>Total</b>	<b>73.250,97</b>	<b>199.822,43</b>	<b>76.887,85</b>

Quadro XVII

A perspectiva global da evolução temporal das dívidas de terceiros ao Município é-nos dada pelo gráfico que se segue.



#### 4.2 . A TERCEIROS

O quadro seguinte mostra-nos que o montante contabilizado como dívida do Município em 31 de Dezembro findo era de €4.918.158,03, valor que teve um aumento de cerca de 21% em relação ao ano de 2003 e de 30% em relação a 2004.

Designação	2003	2004	2005
<b>1 Médio e Longo Prazos</b>			
1.1 Instituições de crédito (empréstimos)	2.503.324,29	2.165.540,00	2.383.134,74
<b>2 Curto prazo</b>			
2.1 Instituições de crédito (empréstimos) *	399.300,00	378.375,08	365.785,67
2.2 Fornecedores c/c	74.773,30	89.357,93	127.869,55
2.3 Fornecedores-facturas em recep/conferência	173.152,37	277.358,89	291.365,20
2.4 Fornecedores de imobilizado c/c	35.867,45	59.365,19	736.749,93
2.5 Fornecedores de imobilizado facturas rec/conf.			269.880,91
2.6 Fornecedores de imobilizado - cont.leasing	253.676,45	126.625,25	54.141,78
2.7 Fornecedores de imobilizado - outros contrat	55.891,25	39.024,86	22.507,68
<b>Sub-total</b>	<b>3.495.985,11</b>	<b>3.135.647,20</b>	<b>4.251.435,46</b>
2.8 Estado e outros entes públicos	38.001,26	36.900,84	39.430,06
2.9 Outros credores **	519.627,30	619.070,17	627.292,51
<b>Total</b>	<b>4.053.613,67</b>	<b>3.791.618,21</b>	<b>4.918.158,03</b>

\* 2.1 Regista o valor do capital correspondente às amortizações de empréstimos a médio e longo prazos devido no exercício seguinte ao da gerência.

\*\* 2.8 Inclui as garantias prestadas em dinheiro relativas ao reforço de caução de empreitadas

#### Quadro XVIII

O montante dos *empréstimos a médio e longo prazo*, apesar de ter reduzido em relação a 2003, sofreu um acréscimo de €217.594,74 em relação ao ano anterior, por força do empréstimo obtido para co-financiamento da obra de “Construção das pontes de Cabreiros e Videiro”.

A conta dos *empréstimos a curto prazo*, identificada em 2.1 Instituições de crédito (empréstimos), regista o valor do capital correspondente às amortizações de empréstimos a médio e longo prazos, devido no exercício seguinte ao da gerência. Apresenta uma pequena variação, para menos, em relação ao ano anterior.

No que respeita a dívidas a *Fornecedores c/c* transitou-se com um saldo ligeiramente superior ao do ano anterior.

A conta *Fornecedores – facturas em recepção/conferência* regista os documentos de despesa datados do ano da gerência, e aí contabilizados em termos patrimoniais, embora sem reflexos orçamentais, pelo facto de terem sido recebidos posteriormente ao termo do ano económico ou não terem sido ainda objecto de conferência. Apresenta um aumento pouco significativo em relação ao ano anterior.

A conta *Fornecedores de imobilizado c/c*, apresenta um aumento considerável em relação ao ano anterior, facto que resultou de dificuldades de tesouraria no final do ano, motivadas, fundamentalmente, pelo atraso verificado na transferência de recursos já definidos para financiar alguns dos projectos em execução naquele momento.

A conta *Fornecedores de imobilizado - facturas em recepção/conferência*, regista os documentos de despesa em situação idêntica à referida na conta *Fornecedores – facturas em recepção/conferência*. Não tem relação com os anos anteriores na medida em que o sistema informático não permitia o registo em conta autónoma, sendo os respectivos movimentos efectuados, até 31/12/2004, na conta *Fornecedores – facturas em recepção/conferência*. Deste modo, o valor que apresenta deve ser considerado conjuntamente com o valor contabilizado nesta última conta.

Já as dívidas a *Fornecedores de imobilizado - contratos leasing*, sofreram uma redução substancial em relação aos anos anteriores, fruto da amortização total da locação de alguns equipamentos.

A conta *Fornecedores de imobilizado – outros contratos*, contabiliza o valor do custo estimado dos parçómetros instalados na área central da vila, ainda não amortizado no final gerência

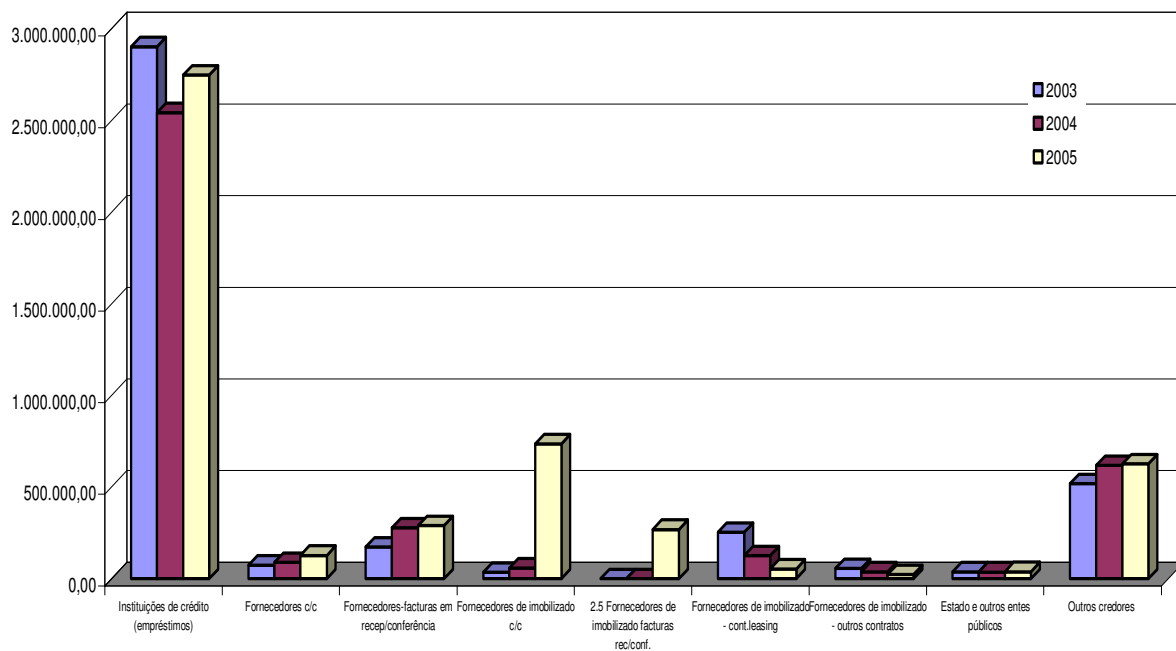
No que concerne à conta *Estado e outros entes públicos*, regista os valores recebidos pela Câmara Municipal provenientes de impostos, taxas e outros rendimentos consignados a diversas entidades públicas, contabilizados por operações de tesouraria. Por esse facto não influem nas disponibilidades orçamentais nem na dívida da autarquia.

A conta *Outros credores*, referida no ponto 2.9 do quadro acima contabiliza, fundamentalmente, valores provenientes de cauções prestadas em dinheiro, como garantia, a favor do Município, no âmbito de contratos de fornecimentos e de empreitadas de obras públicas e de outros rendimentos consignados a diversas entidades privadas, movimentados por operações de tesouraria, pelo que não afectam também os recursos orçamentais nem a dívida do Município.

Do exposto resulta que a dívida com empréstimos, fornecedores c/c, fornecedores - facturas em recepção/conferência, fornecedores de imobilizado c/c, fornecedores de imobilizado - facturas em recepção/conferência, fornecedores de imobilizado - contratos leasing e fornecedores de imobilizado – outros contratos, sofreu um aumento de €1.115.778,26 em relação ao ano anterior, e de €864.544,36 em relação ao ano de 2003.

De qualquer modo dir-se-á que as dívidas a fornecedores aqui referidas, com a excepção das relativas aos contratos leasing e dos parcómetros, cujo pagamento está a ser efectuado de acordo com o plano previamente estabelecido, estão actualmente liquidadas.

O gráfico que segue reflecte a evolução da dívida a terceiros durante os últimos três anos.





## 5. CONCLUSÃO

Da análise deste relatório extrai-se:

1. Que a execução orçamental no ano da gerência atingiu, a nível da receita, a percentagem de 70,63% e, a nível da despesa, a percentagem de 74,57%.
2. Que as receitas e despesas evoluíram, em relação ao ano anterior, em 12,61% e 16,97%, respectivamente;
3. Que se cumpriu o princípio do *equilíbrio orçamental*, na relação das receitas e despesas da mesma natureza, conseguindo economizar-se uma percentagem significativa das receitas correntes, cerca de 17% do seu valor global, que foi afecta, na sua maior parte, à cobertura de despesas de capital;
4. Que a execução das Grandes Opções do Plano no ano da gerência, atingiu a taxa de 68,49%, em termos financeiros, e a taxa de 100,87%, ao nível da execução material.
5. Que os indicadores de gestão reflectem uma situação económica e financeira da autarquia muito favorável, apesar do activo não traduzir ainda a totalidade do imobilizado que constitui o seu património;
6. Que a dívida a terceiros aumentou em relação ao ano anterior, pelos motivos atrás referidos, embora a dívida a fornecedores, a curto prazo, se encontre actualmente paga.

Arouca, 11 de Abril de 2006.

O Presidente da Câmara,



(Eng.º José Artur Tavares Neves)